

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 94/2021 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 94/2021 que “Dispõe sobre o direito dos usuários do SUS residentes no Município ao acesso à informação acerca de sua saúde.” de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de votação, para apreciação e emissão de parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Em exame inicial, verificamos a necessidade de maiores esclarecimentos técnicos e administrativos sobre a matéria, assim formulamos pedido de informações por escrito, aprovado pela esta comissão, endereçado ao poder executivo, que lamentavelmente não se dignou a responder. Fica aqui registrado o nosso desagravo a tal ausência de retorno, injustificável diga-se de passagem, em tema importante para a cidade e os munícipes.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Visando a produção de normas passíveis de adentrar o ordenamento jurídico, deve o parecerista examinar os aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto de lei, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada esse breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos formais trazidos acima.

Relativamente à juridicidade sob o aspecto da compatibilidade do projeto de lei com características exigidas das normas jurídicas em geral, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, traz comando impositivo que deve ser cumprido e observado por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder

estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica.

Todavia, em que pese a louvável intenção do legislador, o projeto de lei não inova o ordenamento jurídico. Desenvolveremos especificamente sobre isso quando discorrermos sobre a presença ou não de legalidade na iniciativa legislativa em tela.

Vencida essa etapa, passemos ao exame da juridicidade sob o aspecto da constitucionalidade da proposição legislativa em comento.

O art. 30, I da Constituição da República prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Assim ao editar lei que garante o direito ao acesso à informação acerca da saúde dos usuários do SUS, verifica-se temática da sua vida cotidiana pertinente a coletividade municipal.

Entretanto, a proposição legislativa apresenta dois artigos que trazem em si potencialidade de veto por parte do prefeito municipal, qual seja o seu art. 2º e o seu art. 3º. O primeiro por trazer espécie de autorização ao município/executivo para agir, realizar ação em matéria de sua exclusiva competência; o segundo por trazer comando ao executivo consubstanciado em estipulação de prazo para exercer seu exclusivo poder/dever de regulamentar da lei.

Examinando a justificativa do PL 94/2021, contém o seguinte excerto: "*O projeto de lei tem por finalidade de instituir o cadastro único de saúde de belo horizonte, com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disponibilizar informações ao cidadão sobre sua saúde.*" Da sua leitura, de plano, se observa a *mens legislatoris*, ou seja, a intenção do legislador ao criar a norma. Visa materializar no seio do poder executivo uma estrutura cadastral que fatalmente exige mobilização de servidores, ações administrativas e recursos. Diante dessa finalidade expressa da presente proposição legislativa, o art. 2º do PL 94/2021 vem trazendo enunciado dispondo que o município poderá realizar a ação administrativa que implementa a finalidade descrita na sua justificativa textualmente. Conteúdos como o do art. 2º do PL 94/2021 são, na realidade, autorização de quem não detém competência a quem a possui. Autorizar o que a Constituição já autoriza padece de vício de inconstitucionalidade. São expedientes vedados pela jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal - *Representação de Inconstitucionalidade nº 993-9*.

Esse tipo de enunciado, inócuo, que nada acrescenta ao mundo jurídico, é largamente utilizado em diversos textos legislativos. Isto se deve porque tais disposições não podem ser expressamente previstas como determinação de agir a outro poder. Acaso assim fosse, o projeto de lei extrapolaria a iniciativa legislativa do Poder Legislativo e invadiria a iniciativa legislativa privativa do prefeito municipal, que exerce o comando superior da administração pública municipal, dispõe sobre sua organização interna, suas ações, criando e estruturando seus órgãos, atividade e serviços públicos. Estariam tratando de matéria eivada pela inconstitucionalidade formal, pois, pelo princípio constitucional da simetria, as normas constitucionais federais devem ser replicadas pelas constituições estaduais e destas às leis orgânicas dos municípios. E ao adentrar matérias de competência do Prefeito Municipal, o legislador municipal fatalmente incorreria em inconstitucionalidade por invasão da reserva de iniciativa conferida ao Chefe do Poder Executivo infringindo o *art. 61, § 1º, II, "b"* da Constituição da República, *art. 66, III, "e" e "f"* todos da Constituição do Estado de Minas Gerais e o *art. 88, II, "d"* da Lei Orgânica do Município. Haveria inconstitucionalidade formal por afrontar, também, o princípio da harmonia e independência entre os poderes, insculpido no *art. 2º* da Constituição Federal de 1988 - CF/88, no *art. 6º* da Constituição do Estado de Minas Gerais - CEMG e no *art. 6º* da Lei Orgânica do Município - LOMBH.

No que pertine ao artigo 3º do PL 94/2021, verifica-se determinação ao poder executivo exercer o seu poder/dever de regulamentador das leis e estipula prazo para tanto. Esta é uma função precípua deste poder do município e de sua atribuição, exercida amiúde, sujeita ao juízo de oportunidade e conveniência administrativa. Qualquer obrigatoriedade imposta por outro poder, ao arrepio da Constituição Federal, incorre em afronta ao seu art. 2º. Isto, porque não é dado ao legislativo impor comportamento, ação ou prazo para agir ao poder executivo sob pena de infringir o princípio constitucional da harmonia e independência dos poderes.

Outro não é o entendimento dos tribunais pátrios. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a questão é pacificada. Citamos a **ADI 3.394**, tendo como requerente o governador do Estado do Amazonas e requerida a Assembléia Legislativa daquele Estado. O relator, em seu voto vencedor, em sessão do tribunal pleno aduz que:

"o preceito legal marca prazo para que o Executivo exerça função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da interdependência e harmonia entre os poderes. A determinação de prazo para que o chefe do Executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva de dever de regulamentar, tenho-a por inconstitucional." Podemos citar também a **ADI 2.393** e a **ADI 546**.

No âmbito do TJSP, a matéria também se encontra pacificada. Podemos averiguar nessa votação ocorrida em sessão do órgão especial do tribunal bandeirante. ADI 2256341-72.2016.8.26.0000 SP.

Visando sanar os vícios verificados, apresentaremos emenda ao presente projeto de lei.

No exame da juridicidade da proposição legislativa sob o aspecto da legalidade, entendemos que a mesma apresenta ilegalidade por antijuricidade manifesta na ausência de inovação no ordenamento jurídico.

O art. 1º do PL 94/2021 dispõe, *in verbis*:

“Art. 1º - Fica garantido aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - residentes no Município o direito ao acesso à informação acerca de sua saúde.

Parágrafo único - O direito de que trata o caput deste artigo compreende, entre outros, o acesso: I - à denominação, ao endereço e ao telefone do centro de saúde ao qual está vinculado; II - ao conteúdo do prontuário clínico; III - às prescrições de medicamentos e de produtos de interesse da saúde; IV - à carteira de vacinação e ao calendário de vacinação; V - às datas e aos horários de consultas agendadas.”

Examinando o *caput* do art. 1º observamos que o objeto da norma, ou seja, o fim a que se destina, nele está expresso, pois na realidade, o direito garantido é o do acesso à informação. Ao contrário do seu parágrafo único que apenas elenca rol exemplificativo e não taxativo sobre dados a acessar, não sendo comando normativo estipulador de direito. E não poderia ser diferente, porque engloba variada informação sobre dados e ações médicas levadas a efeito.

Entretanto, diversas leis e normas contemplam o objeto da proposição legislativa em tela, qual seja, a garantia aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - do direito ao acesso à informação sobre sua saúde, como já dissemos. Citamos:

- o inciso XXXIII do art. 5º; no inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal de 1998 – CF/88;
- Lei Federal nº 8.080/1990, art. 7º, V;
- a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação, em seus artigos 1º; 3º, *caput*, 5º; 6º, II e III; 7º, I, II e IV; 10, *caput* e § 2º; 11;
- a PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 1 /2017 do Ministério da Saúde ;
- a PORTARIA Nº 1.434 /2020 do Ministério da Saúde;
- a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH, art. 141, parágrafo único, III;
- a Lei Municipal nº 7.031/1996, art. 1º e art. 4º, parágrafo único, II e III;
- a Lei Municipal nº 8926/2004, art. 2º, V.

A garantia de direitos não se dá apenas pela letra da lei. Mas também pela fixação de

instrumentos e mecanismos capazes de proporcionar efetivamente o acesso a quaisquer informações que se deseja obter, aqui especificamente sobre saúde. É o que as leis e portarias citadas acima proporcionam. Trazem instrumentos que garantem efetivamente o direito do usuário do SUS, como cidadão que é, ao acesso das informações a cerca de sua saúde. Possibilitam o acesso a informações mais amplas que as exemplificadas em seu texto, a verdade.

A fim de ilustração seguir trazemos o Conecte SUS, programa de acesso dos usuários a informações sobre sua saúde: ***“O Conecte SUS Cidadão é o novo aplicativo na versão digital do Cartão Nacional de Saúde (CNS) – Cartão do SUS - do Ministério da Saúde. É uma plataforma de saúde para o cidadão, profissionais e gestores de saúde. O objetivo é fornecer ao cidadão a visibilidade das interações realizadas nos pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo o acesso ao histórico de atendimento do cidadão para continuidade do cuidado nos setores público e privado.***

O serviço inclui consultas, exames, cirurgias, acompanhamento de tratamento de saúde, medicamentos gratuitos, atendimento médico em diferentes especialidades, entre outros, de forma gratuita. No entanto, para ter acesso aos tratamentos é necessário possuir o Cartão Nacional de Saúde, conhecido como cartão SUS.

O novo documento apresenta uma sequência de 15 números, permite a identificação de cidadãos brasileiros ao usar os serviços públicos de saúde do país.

O registro reúne dados pessoais e de outros documentos (CPF e RG) e formas de contato, como endereço, e-mail e telefone.

No app é disponibilizada a Carteira Nacional Digital de Vacinação, no caso do coronavírus, entre outras ações imunológicas, ferramenta que permite que usuários e profissionais de saúde façam um acompanhamento da imunização.

O cidadão cadastrado, assim que receber a vacina, terá a dose registrada no aplicativo. Será possível consultar o tipo de vacina aplicada, o lote de fabricação e a data em que a dose foi tomada.

A partir daí, o cidadão e o profissional de saúde também saberão o dia exato de aplicação de uma possível segunda dose.” Grifo nosso.
(<https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=18943>)

Cite-se, de passagem, que existem iniciativas do poder executivo instrumentalizando tais acessos a informação, com base nessas legislações. Basta acessar o Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH ou através do aplicativo PBH/APP e se obterá informações sobre localização de centros de saúde, consultas on-line, exames virtuais, resultados de exames etc. A Secretaria Municipal de Saúde dispõe ainda dos teleatendimentos, que são atendimentos virtuais ou telefônicos, muita em voga nessa pandemia, onde é possível realizar diagnósticos e exames, são enviadas receitas médicas, datas de consultas etc. Os dados e informações a cerca da saúde do usuário do SUS, como o conteúdo do seu prontuário por exemplo, são

acessadas nos centros de saúde via requerimento.

O ordenamento jurídico é o arcabouço normativo constituído de princípios e regras que visam regular a vida em sociedade em toda sua complexidade de forma efetiva visando sempre o interesse público. Assim, não é de se admitir um ordenamento jurídico constituído por normas jurídicas que não tragam conteúdo que represente avanço e originalidade na garantia de direitos ou proteção a um bem jurídico. Desse modo e por todo o exposto, o presente projeto de lei é maculado de antijuridicidade por não inovar no ordenamento jurídico.

Quanto à juridicidade no que é pertinente a regimentalidade da iniciativa legislativa, não vislumbramos ofensa ao regimento interno desta Casa Legislativa.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 94/2021 com apresentação de emenda supressiva.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2021.


VEREADOR REINALDO GOMES
Relator

EMENDA SUPRESSIVA Nº AO PROJETO DE LEI 94/2021

Suprimam-se os artigos 2º e o 3º do Projeto de Lei 94/2020 renumerando-se o seguinte.

Belo horizonte, 18 de junho de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Reinaldo Gomes', is written over a horizontal line.

Vereador Reinaldo Gomes

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 126/2021
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Bella Gonçalves, Bruno Miranda, Duda Salabert, Gilson Guimarães, Iza Lourença e Miltinho CGE que “Altera a Lei 10.836/2015, que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município e institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte - Suas-BH - entre outras providências.”

Às fls. 04/08 encontra-se a justificativa do Autor.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 09/27.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 126/2021, em suma, almeja

(...) viabilizar a adoção de medidas de proteção sócio econômicas às pessoas e grupos vulneráveis da cidade, que encontram-se em estado de pobreza e extrema pobreza, considerando o contexto da pandemia COVID-19 e seus efeitos.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

De início, é importante frisar que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, em seu artigo 1º, a dignidade humana como princípio fundamental.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Sob tal viés, cumpre observar que o Projeto de Lei 126/2021, busca a adoção de medidas excepcionais, a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19), com o objetivo de garantir o mínimo de dignidade humana àqueles em situação de extrema pobreza.

Cumpre observar ainda que a proposição em comento trata de matéria de interesse local, portanto, encontra-se em consonância com a competência prevista no art. 30, I e II da Magna Carta e com a disposição do art. 171, I da Carta Mineira.

No que diz respeito à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, cabe ressaltar que a matéria disposta no Projeto de Lei nº 126/2021 não se encontra contemplada no art. 61, §1º da CF/88 (que trata da matéria de competência privativa do Presidente).

Importante destacar que as hipóteses de iniciativa reservada – previstas no artigo supracitado –, por traduzirem matéria de exceção, devem minorar o seu espectro hermenêutico (ainda que a norma crie despesas), sob pena de esvaziar a atividade legislativa parlamentar.

É firme o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAZONAS. (...) Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e

órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...) (ADI 3394, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2007)

Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. (...) 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. (...) (STF – RG ARE: 878911 RJ, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno – meio eletrônico, julgado em 29/06/2016)

Destaca-se, ainda, que em razão do princípio da simetria, o modelo de processo legislativo federal deve ser seguido pelos demais entes federados, uma vez que constitui-se por normas de repetição obrigatória pelos Estados e Municípios. Nestes termos, como a proposição em apreço não cria ou estrutura órgão da administração municipal, não vislumbro violação ao princípio da separação dos poderes.

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Necessário observar, em princípio, que a Proposição em comento encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica do Município (LOMBH), não usurpando a competência privativa do Prefeito, dispostas no art. 88, II, desta Lei. Outrossim, o Projeto de Lei nº 126/2021 também encontra-se em sintonia com o artigo 7º, II, da LOMBH, que afirma que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, no que couber.

Ademais resta claro que, no tocante à legalidade, o Projeto de Lei nº 129/2021 encontra-se em harmonia com a legislação infraconstitucional, especialmente com a definição de Benefícios Eventuais estabelecidos no art. 22, caput, da Lei Federal 8.742 de 1993 – que Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

O Projeto em comento também se encontra em congruência com a legislação que pretende alterar, qual seja, a Lei Municipal 10.836/2015 - que Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte - Suas-BH - e dá outras providências.

Por fim, vale frisar que o art. 65, §1º, III da Lei Complementar 101/2000, estabelece o afastamento das vedações dos arts. 14, 16 e 17. *In verbis*:

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

(...)

III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Segue ainda, para elucidar, o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000).

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Destaca-se ainda que o auxílio proposto no Projeto de Lei nº 126/2021 – inserido na finalidade de garantir a dignidade humana – busca permitir aos favorecidos pela medida excepcional a possibilidade de implementar, de forma mais efetiva, o isolamento e o cumprimento das medidas de proteção, além de assegurar provimentos para a segurança alimentar e nutricional e, também, para provimentos de bens necessários à saúde.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 126/2021 está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

No que concerne ao tópico em questão, salienta-se que o Regimento Interno desta casa traduz praticamente o mesmo comando existente no art. 11 da Lei Complementar nº 95/98 ao prever que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica.

Não se vislumbra, portanto, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 126/2021, haja vista estar em consonância com o art. 48, I, c/c o art. 52, I, "a" e com os arts. 98 e 99, todos do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 126/2021.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.



Vereador Irlan Melo

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 126/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 126/2021, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves, Duda Salabert, Iza Lourença e dos vereadores Bruno Miranda, Gilson Guimarães e Miltingo CGE, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de solicitar esclarecimentos sobre o projeto.

Tendo em vista que o Projeto de Lei em questão escalona a prioridade das formas de financiamento da medida, o Fundo Municipal de Assistência Social, considerando que o orçamento do fundo para todo o ano de 2021 representa aproximadamente 200 milhões, questiono:

- 1- Qual o valor atualizado do referido fundo?
- 2 – Por quantos meses o Fundo seria capaz de suportar o pagamento pretendido na proposta?
- 3 – Quais os serviços de assistência social seriam impactados pela aprovação da medida?
- 4 – Esta pasta identifica dotação capaz de suportar a proposta?

Belo Horizonte, 15 de junho de 2020



Vereador Gabriel

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 15/06/21
Hora: 13:19:10

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 135/2021 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 135/2021 que “Revoga a legislação que menciona” de autoria do Vereador Léo, vem à esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 135/2021 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada esse breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos trazidos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. O projeto de lei inova no ordenamento jurídico.

A juridicidade do presente projeto de lei sob o aspecto da constitucionalidade está presente, pois vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República.

Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Assim, ao revogar a Lei Municipal nº 10.982 de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a proibição da exposição, em mesas e balcões, de recipientes que contenham cloreto de sódio (sal de cozinha) em bares, restaurantes, lanchonetes e similares o parlamentar está em exercício dessa competência, pois traz enunciado que reflete na vida do cidadão e das empresas do município no seu cotidiano.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, o projeto de lei não afronta a legislação infraconstitucional. Está em conformidade com o *caput* e o §1º do artigo 2º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, o Decreto-lei nº 4.657/1942.

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 135/2021.

Belo Horizonte, 16 de junho de 2021.


VEREADOR REINALDO GOMES
Relator



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 540/18

Relatório

O Projeto de Lei nº 540/18, que “Inclui no Programa Adote o Verde proposta de parceria público-privada para a criação de espaço de lazer para os animais domésticos de estimação”, de autoria dos vereadores Juninho Los Hermanos, Orlei e Osvaldo Lopes, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe destacar que, constatada a ocorrência de erro material na numeração dos dispositivos da proposição, o art. 6º do texto inicial do projeto foi renumerado como art. 5º nesta redação final.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 540/18.

CMBH_DIRLEG-14/jun/21-11:31:41-001293-1



PROJETO DE LEI Nº 540/18

Inclui no Programa Adote o Verde proposta de parceria público-privada para a criação de espaço de lazer para os animais domésticos de estimação.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O Executivo incluirá, no escopo do Programa Adote o Verde, proposta de parceria público-privada para a criação de espaço pet, objetivando a implantação, reforma ou manutenção de áreas destinadas a animais domésticos de estimação.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, considera-se:

I - implantação: construção de área destinada a pets em praças, parques ou jardins;

II - manutenção: serviços gerais de limpeza de áreas destinadas ao programa, serviços que mantenham a utilidade dos equipamentos instalados e outros serviços definidos em contrato;

III - reforma: recuperação de áreas com implantação de projeto paisagístico e equipamentos.

Art. 2º - O poder público indicará o local para implementar o espaço pet, e o adotante executará o projeto, a obra, o serviço, a ação ou a intervenção necessária que resulte no atendimento do interesse público e na melhoria do convívio e do conforto dos animais no meio urbano.

Art. 3º - O termo ou contrato de parceria conterá a especificação dos equipamentos especialmente planejados e voltados para o entretenimento dos pets e de seus donos.

Art. 4º - Constituem objetivos do espaço pet, entre outros:

I - delimitar área com cercamento para o desenvolvimento de atividades voltadas para os animais domésticos de estimação;

II - fazer com que o animal realize atividades físicas e sensoriais, além de promover sua socialização;

III - conscientizar a população acerca da importância do espaço pet para a qualidade do convívio urbano e para o conforto animal;

IV - promover a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção das áreas destinadas ao espaço pet;

V - promover campanhas em prol do bem-estar animal, como a vacinação, a prevenção de zoonoses e a adoção.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 / 06 / 2021

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____ _____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.071/20

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.071/20, que “Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população de Belo Horizonte em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais”, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário com as emendas nºs 2 e 3 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Entre essas, cabe destacar:

- o acréscimo de um § 2º ao art. 2º do projeto, em função da aprovação da Emenda nº 2, e a consequente renumeração do parágrafo único desse artigo como parágrafo 1º;

- o posicionamento do art. 3º proposto pela Emenda nº 3 aprovada como art. 2º e a consequente renumeração do art. 2º do projeto como art. 3º, já que a técnica legislativa recomenda que, havendo cláusula de vigência, o artigo que a contenha seja o último do texto normativo.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.071/20.



PROJETO DE LEI Nº 1.071/20

Reconhece como essencial para a população a prática de atividade física e de exercício físico.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica reconhecida como essencial para a população a prática de atividade física e de exercício físico, que, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais, poderão ser realizados em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade e em espaços públicos.

§ 1º - As restrições ao direito de praticar atividade física e exercício físico em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade determinada e em espaços públicos pelo poder público nas situações excepcionais referidas no *caput* deste artigo deverão fundar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá indicar expressamente a extensão, os motivos e os critérios científicos e técnicos que embasarem as medidas impostas.

§ 2º - Em caso de necessidade de impedimento de realização de atividades físicas e exercícios físicos em espaços fechados, deverá ser priorizada a sua realização em áreas abertas, públicas ou privadas, garantindo-se o distanciamento social mínimo estabelecido pelas autoridades sanitárias, para não haver aglomerações.

Art. 2º - A partir da publicação desta lei, qualquer disciplinamento legal referente ao tema nela contido deverá ser feito por meio de lei que a altere expressamente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 / 06 / 2021

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de redação final até

____/____/____

DIVATO

CMHB_DIRLEG-21/jun/21-12:31:56-001348-2



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 107/21

Relatório

O Projeto de Resolução nº 107/21, que “Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2012”, de autoria do Vereador Professor Claudiney Dulim, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e ao padrão de formatação deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta Comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 107/21.

CMBH_DIRLEG-14/Jun/21-11:34:22-001297-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107/21

Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2012.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2012.

Art. 2º - Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do Município de Belo Horizonte do exercício financeiro de 2012.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 / 06 / 2021

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 115/21

Relatório

O Projeto de Resolução nº 115/21, que "Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2004", de autoria do Vereador Pedro Patrus, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e ao padrão de formatação deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta Comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 115/21.

CMBH_DIRLEG-14/jun/21-11:33:26-001295-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115/21

Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2004.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2004.

Art. 2º - Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do Município de Belo Horizonte do exercício financeiro de 2004.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 / 06 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Resolução nº 116/21

Relatório

O Projeto de Resolução nº 116/21, que “Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2006”, de autoria da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e ao padrão de formatação deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Resolução nº 116/21.

CMBH_DIRLEG-14/jun/21-11:33:54-001296-1



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116/21

Aprova as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2006.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, sem ressalvas, as contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício financeiro de 2006.

Art. 2º - Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do Município de Belo Horizonte do exercício financeiro de 2006.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 / 06 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 122/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 122/2021, de autoria do Vereador Dr. Célio Frois que “Institui a semana municipal de divulgação e conscientização sobre a doença de Parkinson e de apoio àqueles que manifestam essa doença no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir "a semana municipal de divulgação e conscientização sobre a doença de Parkinson e de apoio àqueles que manifestam essa doença", ser realizada na semana que compreende os dias 7 a 11 de abril, coincidindo com o Calendário da Organização Mundial de Saúde.

Como justificativa, explica que “a informação correta, através de campanhas de divulgação e conscientização, com palestras esclarecedoras sobre o Parkinson e os direitos previstos em lei para os portadores da doença, debates e troca de experiências, com certeza será um instrumento relevante e de grande importância não só para os pacientes, como também seus familiares e cuidadores. O conhecimento da doença pode modificar o comportamento social frente ao processo de interação com as pessoas acometidas pela doença de Parkinson, valorizando o respeito e melhoria da qualidade de vida”.

Foram apresentadas duas emendas pelo Autor da proposição, sendo a primeira para suprimir o parágrafo único do art. 1º e a segunda para substituir a redação do art. 5º, nos seguintes termos:

Art.5º - Poderão ser celebradas parcerias com universidades, associações e demais entidades da sociedade civil para organização e consecução dos objetivos.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “b”, do Regimento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II, da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “*Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:”*”.

Com efeito, a Constituição da República e a Constituição Estadual vigentes não contém nenhuma disposição que impeça o Poder Legislativo de legislar sobre a fixação de data comemorativa, nem tal matéria foi reservada com exclusividade ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 88, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Cada ente federativo dispõe de autonomia para fixar datas comemorativas que sejam relacionadas com fatos, pessoas ou assuntos de interesse local, só havendo limites quanto à fixação de feriados, por força de legislação federal de regência, o que, porém, não ocorre na situação em análise.

Sendo assim, a fixação de semana, no Calendário Oficial do Município, por lei municipal, como no caso em apreço, não excede os limites da competência e autonomia legislativa.

Em julgamento com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal assentou o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

entendimento de que as Câmaras Municipais têm competência normativa para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos, reconhecimento uma *“coabitação normativa entre os Poderes Executivos (por meio de decreto) e do Legislativo (por meio de lei) para o exercício dessa competência, cada qual no âmbito de suas atribuições”*.

Mutatis mutandis, tal raciocínio também pode ser aplicado à definição e instituição de semana municipal, com o fim de conscientização e divulgação de determinada doença.

Ademais, a proposição em questão não cria atribuições ou estabelece obrigações a órgãos pertencentes da estrutura administrativa do Município, o que implicaria em vício de iniciativa por violação ao art. 66, III, “f”, da Constituição Estadual, que prevê como de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Por fim, importa observar que as emendas apresentadas (Emenda Supressiva n.1 e Emenda Substitutiva n. 2) consistem basicamente na adequação do texto do projeto originário, notadamente com a supressão do parágrafo único do art. 1º e com a substituição da redação do art. 5º, razão pela qual não se vislumbra inconstitucionalidade.

Sendo assim, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 122/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise da legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 122/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 122/2021.

2.4. DO MÉRITO

Nos termos do art. 52, I, b, do Regimento Interno, compete a esta Comissão a apreciação de mérito de projetos que visam instituir datas comemorativas no Município:

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I - Comissão de Legislação e Justiça:

b) aspecto jurídico e de mérito de projetos sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Conforme compromisso assumido em campanha, independente da matéria, pessoa, instituição ou segmento que se pretenda fazer referência ou homenagem, alteração de nome de rua ou definição de data comemorativa, meu posicionamento será sempre pela rejeição.

Entendo que não é essa atuação que se espera da Câmara Municipal frente a tantos outros desafios.

Entre os anos de 2017 e 2019, 1/3 da produção legislativa desta Casa foi para estabelecer nomes de ruas e datas comemorativas. É muito dinheiro público que se gasta e muito tempo que se deixa de dedicar a outros projetos de relevância.

Sendo assim, no mérito, concluo pela rejeição do projeto.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 122/2021, da Emenda Supressiva n. 1 e da Emenda Substitutiva n. 2.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 123/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 123/2021 de autoria do nobre Vereador Wilsinho da Tabu, que ***"Dispõe sobre a denominação de próprio público municipal - "Campo de Futebol Santa Rita", Barreiro"***.

Isto posto e considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que ***"Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências"***.

Considerando-se que, em razão da última alteração do Regimento Interno dessa Casa, na Comissão de Legislação e Justiça:

Art. 53 - Serão considerados conclusivos os pareceres:

I - a projetos que versem sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Entendemos ser necessária a seguinte providência no que tange o Projeto 123/2021 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico e de mérito, nos termos do art. 52, I, "b" do Regimento Interno:

➤ seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, ***a fim de que o mesmo seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer acerca da pretendida nomeação de próprio público municipal área de equipamento urbano e comunitário planta CP 251147M, nº do***



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

quarteirão 019; 019B, no bairro Santa Rita, no que tange às condições de sua viabilidade, nos termos da Lei 9.691/2009.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.


Vereador Jorge Santos
Relator

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 130/2021
Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 130/2021, de autoria do vereador Marcos Crispim, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Prefeito Alexandre Kalil, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emitir parecer sobre as condições de viabilidade, conforme Lei 9.691/2009, da nomeação do próprio denominado Praça Flamengo (código de logradouro 28391) no Bairro Alto Vera Cruz, Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021


Vereador Irlan Melo

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 15/06/21
Hora: 18:51:12



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 131/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 131/2021 de autoria do nobre Vereador Marcos Crispim, que ***"Dá o nome de Ruth de Freitas ao logradouro que menciona no bairro Conjunto Taquaril"***.

Considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que *"Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências"*.

Considerando-se que, em razão da última alteração do Regimento Interno dessa Casa, na Comissão de Legislação e Justiça:

Art. 53 - Serão considerados conclusivos os pareceres:

I - a projetos que versem sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Entendemos ser necessária a seguinte providência no que tange o Projeto 131/2021 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico e de mérito, nos termos do art. 52, I, "b" do Regimento Interno:

- seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, ***a fim de que seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer acerca da pretendida nomeação de próprio público do logradouro "Rua Nova", localizado a partir da Rua Ercília Siqueira (código 128946), entre a Rua dos Inconfidentes (código 25378) e a Rua Osório***



Otoni (código 128959), no bairro Conjunto Taquaril, no que tange às condições de sua viabilidade, nos termos da Lei 9.691/2009.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2021.


Vereador Jorge Santos
Relator